



## POLÍTICA +

Rosane de Oliveira

rosane.oliveira@zerohora.com.br  
@rosaneoliveira

Com Juliano Rodrigues juliano.rodrigues@zerohora.com.br 3218-4387

# RADIOGRAFIA DE UM ESTADO FALIDO

**J**aneiro está terminando e o governo não fez a autópsia dos números das contas do Estado em praça pública, como se previa inicialmente. Não fez porque os dados ainda estão sendo tabulados e a apresentação deve vir acompanhada de medidas para enfrentar pelo menos parte do problema.

Os cálculos preliminares indicam que o rombo em 2015 será de R\$ 5,4 bilhões e não de R\$ 7,1 bilhões, como estimou a consultoria PricewaterhouseCoopers. Não serve de

consolo: a diferença se explica pelo fato de a PwC ter trabalhado com uma estimativa que desconsiderou a entrada de uma operação de crédito, em dezembro, e a renegociação de dívidas de ICMS. Na prática, o que falta para a receita alcançar a despesa em 2015 é equivalente a três folhas de pagamento.

A previsão do secretário da Fazenda, Giovani Feltes, é de divulgar os números oficiais na segunda quinzena de fevereiro. Por qualquer ângulo que se olhe, o quadro é desanimador. O orçamento aprovado para

2015 prevê uma receita de R\$ 47,9 bilhões, mas os técnicos da Fazenda estimam que, no máximo, se chegará a R\$ 42 bilhões, apenas 1,3% mais do que em 2014. O problema é que a despesa deve crescer 11,9% em relação ao ano passado, por conta dos aumentos salariais parcelados, dados pelo governo Tarso Genro, especialmente para professores e servidores da área da segurança.

Se o governo Sartori não der um centavo de aumento para os funcionários públicos, os gastos com pessoal crescerão 14,7% em 2015,

na comparação com o ano anterior. Nessa conta, entram o crescimento vegetativo da folha (adicionais de tempo de serviço, por exemplo), a última parcela do reajuste do magistério, que entrou em vigor em novembro, e os aumentos parcelados para os servidores da segurança, que vão até 2018.

O problema é que as fontes de financiamento do déficit se esgotaram. Os depósitos judiciais estão no limite. O Estado já utilizou R\$ 7,7 bilhões e paga R\$ 800 milhões por ano em juros e correção monetária.

## MÊS FARTO PARA OS DEPUTADOS

A gratificação de fim de mandato aos deputados estaduais custará quase R\$ 1,4 milhão aos cofres públicos neste mês.

Os 55 parlamentares têm direito a duas parcelas de R\$ 25 mil como ajuda de custo, no início e no fim da legislatura. Apesar do recesso, os deputados receberão mais de R\$ 45 mil nos contracheques.

Como é uma gratificação, o valor não será estornado pelo teto constitucional.

**ATÉ MESMO OS DEPUTADOS QUE FORAM CHAMADOS PARA MANDATO-TAMPÃO DE UM MÊS RECEBERÃO A AJUDA DE CUSTO. O SOCIALISTA VANDERLAN VASCONSELOS PROMETEU DEVOLVER A QUANTIA DE R\$ 25 MIL.**

## COSTELLA É RÉU NA SOLIDÁRIA

Encerrado o recesso da Justiça, o Ministério Público Federal esclareceu uma dúvida que, até dezembro, persistia inclusive para o advogado do secretário do Turismo, Juvir Costella: desde 2013, o peemedebista é réu no processo da Operação Solidária, que investiga fraudes em licitações.

Na denúncia do MPF, Costella, à época chefe de gabinete da Secretaria da Habitação, é acusado de corrupção passiva por supostamente receber propina em nome do então titular da pasta, Marco Alba, também réu no processo.

Os dois negam as acusações.

## ALIÁS

**Em 2014, o déficit fechou em R\$ 1,28 bilhão. O Estado obteve empréstimos no valor de R\$ 2 bilhões, mas esse cenário não se repetirá em 2015, porque o RS esgotou a capacidade de endividamento e depende da boa vontade do governo federal em regulamentar a lei que trata da dívida com a União.**



## ÚLTIMOS ATOS

Às vésperas de se despedir da presidência da Assembleia, Gilmar Sossella promulgou ontem o projeto de lei que cria o plano de carreira dos servidores da Casa. A proposta foi aprovada pelos deputados em dezembro do ano passado e poderia ter sido sancionada pelo governador José Ivo Sartori, mas ele se absteve.

O novo plano também cria 46 cargos em comissão nas bancadas ao dar estabilidade a 46 CCs, agora vinculados à Mesa Diretora.

## BLITZ DOS PREFEITOS

primeiro semestre deste ano.

Os prefeitos queriam que o Estado pagasse R\$ 45,7 milhões, referentes a valores devidos do mês de dezembro às prefeituras, e parcelasse o restante da dívida (R\$ 162,3 milhões) em até seis vezes. Feltes disse não.

– O Estado vive um momento financeiro dramático e é por isso que a

Secretaria da Fazenda vai se reger pelo regime de caixa. Eu seria irresponsável se desse um prazo sem ter a certeza de que poderei cumpri-lo adequadamente – afirmou o secretário.

Apesar da negativa, os prefeitos deixaram o encontro parcialmente satisfeitos. Segundo o presidente da Famurs, Seger Menegaz, a confirmação dos recursos para 2015 é uma vitória:

– Não vamos abrir mão dos recursos que não foram pagos, mas o futuro nos preocupa ainda mais, por isso a confirmação dá um alento.

## NA MIRA DA OAB

O pleno do conselho federal da OAB examina na terça-feira a proposta da seção gaúcha da entidade para o ajuizamento de uma ação direta de inconstitucionalidade contra a aposentadoria especial para deputados estaduais. Se aprovado o parecer, ação será protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo o presidente da OAB-RS, Marcelo Bertoluci, “o exercício de um mandato temporário não pode ser confundido com o exercício de cargo público”.